



Município de: CONCEIÇÃO DA BARRA (ES)
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I - METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DAS METAS ANUAIS - CONSOLIDADO
EXERCÍCIO DE 2018

ANEXO I - Demonstrativo I (LDO, art. 5º, II e III)

LE 1.00

LDO/LRF/ALDI	2018			2019			2020		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente	Constante	(% / PIB)	Corrente	Constante	(% / PIB)	Corrente	Constante	(% / PIB)
Receita Total	91.245.000,00	87.458.065,75	15,53%	99.192.000,00	90.981.092,84	17,11%	107.642.000,00	94.480.018,61	16,03%
Receitas Primárias (I)	85.845.000,00	82.282.101,54	15,55%	93.453.000,00	85.717.155,31	16,12%	101.570.000,00	89.106.589,33	17,00%
Despesa Total	91.245.000,00	87.458.065,75	15,53%	99.192.000,00	90.981.092,84	17,11%	107.642.000,00	94.480.018,61	16,03%
Despesas Primárias (II)	89.840.000,00	86.111.377,36	16,27%	97.599.000,00	89.519.958,06	16,84%	105.836.000,00	92.894.848,19	17,73%
Resultado Primário (I-II)	(3.995.000,00)	(3.829.195,81)	-0,72%	(4.146.000,00)	(3.802.802,76)	-0,72%	(4.376.000,00)	(3.788.258,86)	-0,72%
Máximo Nominal	258.899,37	240.154,39	0,05%	505.556,29	483.707,39	0,09%	813.278,61	713.834,54	0,14%
Dívida Pública Líquida	11.145.362,98	10.682.797,84	2,02%	10.499.718,84	9.630.573,98	1,81%	9.586.194,94	8.414.037,98	1,61%
Dívida Consolidada Equivalente	-	-	0,00%	-	-	0,00%	-	-	0,00%

FONTE: Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Tributação

O Demonstrativo de Metas Anuais, objetiva estabelecer as metas para o triênio compreendendo o ano de vigência da LDO e os dois subsequentes, abrangendo a Receita e Despesa Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal e Dívida Pública, visando atender a disposição contida no art. 4º, § 1º da LRF.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

- 1 - as **receitas primárias** correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras retenções de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de ativos;
- 2 - as **despesas primárias** correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integrado e as despesas com concorrência de empréstimos com retorno garantido;
- 3 - o **resultado primário** corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município;
- 4 - o **resultado nominal** representa a diferença entre o saldo previsto da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior;
- 5 - a **dívida pública consolidada** é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- 6 - a **dívida Consolidada Líquida - DCL** - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os bens e direitos, líquidos das Restas e Fazenda Processadas;

PREMISSAS E METODOLOGIA UTILIZADA

- 1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na Tabela 01. Os números estão apresentados de duas formas: em modo corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios e os valores restimados para o exercício atual, além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, crescimento da população e do movimento econômico, crescimento real das receitas transferidas, dentre outros;
- 2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação e crescimento real, quando cabível, das despesas com pessoal e demais custeios. Em relação aos investimentos, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no Anexo IV. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública;
- 3 - No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o efeito do crescimento vegetativo da folha salarial e de eventual aumento salarial, acima dos níveis inflacionários;
- 4 - Esses percentuais contemplam a expectativa de inflação e a projeção de crescimento real esperado das receitas municipais. As projeções de inflação e de crescimento do PIB seguem as perspectivas mensuradas pelo INFG, conforme consta nos prognósticos do Governo Federal, formalizados no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para o exercício de 2018 e disponível para consulta no site: www.planejamento.gov.br.
- 5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/2000, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intraorçamentárias;
- 6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 495/2017. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas;
- 7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada, utilizou-se, como parâmetros a previsão de taxa de juros SELIC, informada pela União Federal na elaboração da sua LDO para 2018, considerando-se, ainda, a previsão de operações de crédito no futuro e respectivas amortizações;
- 8 - No apuramento do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculadas levando-se em consideração a estimativa da posição em 31/12/2016, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior;
- 9 - Tendo por base, preferencialmente, a partir da leitura das projeções estabelecidas, os números mais representativos no contexto das projeções;
- 10 - A receita total estimada para o exercício de 2018, consideradas todas as fontes de recursos é de R\$91.245.000,00, das resultantes de Operações de Crédito (R\$ 0,00), das alienações de bens (R\$ 107.000,00) e das resultantes de Amortização de Empréstimos Concedidos (R\$ 0,00); resultam numa Receita Primária de R\$ 85.845.000,00.
- 11 - As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, consideradas todas as fontes de recursos, a despesa total está prevista em R\$ 91.245.000,00. Destacando-se as despesas financeiras com juros e encargos da dívida, estimadas em R\$ 0,00, mas as despesas com concessões de empréstimos e financiamentos, no valor de R\$ 0,00 e a Amortização de Dívida Pública, estimada em R\$ 1.404.000,00 tem-se que as despesas primárias para 2018 foram previstas em R\$ 89.840.000,00.
- 12 - Cotejando-se o valor previsto para as receitas e despesas fiscais em valores correntes, chega-se à meta de resultado primário de 2018 que foi inicialmente prevista em (R\$ - 1.995.000,00) a qual entendemos como necessária e suficiente para preservar o equilíbrio nas contas públicas uma vez que o maior peso encontra-se no RPPS;
- 13 - Em relação ao estoque da dívida, esse corresponde à posição em dezembro de cada exercício, considerando a previsão das amortizações e das liberações a serem realizadas no respectivo período, estando os valores evidenciados na Tabela 02.



Município de: CONCEIÇÃO DA BARRA (ES)
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS



DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
 EXERCÍCIO DE 2018

Abre - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2018			2019			2020		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante (a)	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante (b)	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante (c)	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total RPPS	10.702.000	10.257.836	1,94%	11.351.000,00	10.411.387,86	1,96%	12.051.000,00	10.577.457,72	2,02%
Receitas Primárias RPPS (I)	6.785.000	6.503.403	1,23%	7.258.000,00	6.657.197,88	1,25%	7.774.000,00	6.823.430,12	1,30%
Despesa Total RPPS	10.702.000	10.257.836	1,94%	11.351.000,00	10.411.387,86	1,96%	12.051.000,00	10.577.457,72	2,02%
Despesas Primárias RPPS (II)	10.702.000	10.257.836	1,94%	11.351.000,00	10.411.387,86	1,96%	12.051.000,00	10.577.457,72	2,02%
Resultado Primário RPPS (I - II)	(3.917.000)	(3.754.433)	-0,71%	(4.053.000,00)	(3.754.189,99)	-0,71%	(4.277.000,00)	(3.754.027,61)	-0,72%

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Tributação

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à metade de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento a avaliação do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

Eduardo
ef
o

Eduardo



Município de : CONCEIÇÃO DA BARRA (ES)
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO (EXCLUÍDAS A RECEITAS E DESPESAS DO RPPS)
 EXERCÍCIO DE 2018

ANF - Demonstrativo I (RF. art. 2º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2016			2017			2018		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante (b) / PIB x 100	% PIB x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante (c)	% PIB x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante (d)	% PIB x 100
Receita Total	80.543.000,00	77.200.230,04	14,59%	87.841.000,00	80.569.704,98	15,15%	95.591.000,00	83.902.560,88	16,01%
Receita Primária (i)	79.060.000,00	75.778.778,87	14,32%	86.195.000,00	79.059.957,43	14,87%	93.746.000,00	82.283.159,21	15,70%
Despesa Total	80.543.000,00	77.200.230,04	14,59%	87.841.000,00	80.569.704,98	15,15%	95.591.000,00	83.902.560,88	16,01%
Despesa Punitiva (ii)	79.138.000,00	75.853.541,65	14,34%	86.248.000,00	79.108.570,20	14,68%	93.785.000,00	82.317.390,47	15,71%
Resultado Primário (i - ii)	(78.009,00)	(74.762,77)	-0,01%	(153.000,00)	(48.612,77)	-0,01%	(82.000,00)	(84.231,25)	-0,01%

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Tributação

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de maior transparéncia à meta de Resultado Primário.

Os valores acima identificados, representam as metas de receitas, despesas e resultado primário do Tesouro Municipal (Exetuadas as recentes e despesas previdenciárias).

A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais consolidado.

[Handwritten signatures]

[Handwritten signature]



Município de "CONCEIÇÃO DA BARRA (ES)
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
EXERCÍCIO DE 2018

ADM - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2016 (a)	% PIB	II-Metas Realizadas em 2016 (b)	% PIB	Variação		R\$ 1.00 (c) = (b-a) (c) x 100
					Valor (c) = (b-a)	%	
Receita Total	80.095.540	17,631%	85.439.882	15,477%	5.344.342	6,67%	
Receita Primária (I)	75.709.888	16,666%	78.559.149	14,230%	2.849.261	3,76%	
Despesa Total	80.095.540	17,631%	82.274.644	14,903%	2.179.104	2,72%	
Despesa Primária (II)	78.268.540	17,229%	81.276.567	14,723%	3.008.027	3,84%	
Resultado Primário (I-II)	(2.558.652)	-0,563%	(2.717.418)	-0,492%	(158.766)	6,21%	
Resultado Nominal	744.709	0,164%	(1.823.461)	-0,330%	(2.568.170)	-344,86%	
Dívida Pública Consolidada	15.813.190	3,481%	11.803.829	2,138%	(4.009.360)	-25,35%	
Dívida Consolidada Líquida	13.638.646	3,002%	-	0,000%	(13.638.646)	-100,00%	

FONTE: Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Tributação.

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2018), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos com metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

As receitas não financeiras totalizaram R\$ 78.559.149,00, superior em 3,76% da projeção para o período de R\$ 75.709.888,00. As despesas não financeiras atingiram R\$ 81.276.567,00, estabelecendo-se 3,84% acima da previsão orçamentária. Não obstante, regista-se que na execução orçamentária do exercício de 2016, foi aberto créditos adicionais suplementares através das fontes de recursos: Superavit Financeiro do exercício anterior (R\$4.989.400) e excesso de arrecadação (1.737.079,60) totalizando um incremento na despesa total de R\$ 6.726.479,60 além da execução orçamentária prevista inicialmente. Conclui-se que deduzindo os valores adicionados na execução orçamentária provenientes Superávit Financeiro do exercício anterior no montante de R\$ 4.989.400, teríamos um resultado primário de R\$ 2.71.982



Município de: CONCEIÇÃO DA BARRA (ES)
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO DE 2018

AMF+ Demonstrativo III (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES						2020	Variação %
	2015	2016	Variação %	2017	Variação %	2018		
Receita Total	81.936.849	85.439.882	4,28%	82.229.000	+3,76%	91.245.000	10,96%	99.192.000
Receitas Primárias (I)	75.820.438	78.559.149	3,61%	77.202.000	-1,73%	85.845.000	11,29%	93.453.000
Despesa Total	75.344.468	82.274.644	3,69%	82.229.000	+0,06%	91.245.000	10,96%	99.192.000
Despesas Primárias (II)	77.035.452	81.276.567	5,51%	80.989.000	-0,35%	89.840.000	10,93%	97.596.000
Resultado Primário (I - II)	(1.215.015)	(2.717.418)	(23,65%)	(3.787.000)	(39,36%)	(3.995.000)	5,49%	(4.146.000)
Resultado Nominal	(4.910.276)	744.709	-115,17%	(750.578)	+200,79%	258.899	-34,49%	505.556
Dívida Pública Consolidada	16.387.962	14.979.050	-8,60%	23.204.444	54,91%	11.145.363	-51,97%	10.499.719
Dívida Consolidada Líquida	7.796.406	12.804.505	64,24%	15.342.660	19,82%	0	+100,00%	0

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES						2020	Variação %
	2015	2016	Variação %	2017	Variação %	2018		
Receita Total	90.250.778	88.549.894	-1,90%	82.229.000	-7,14%	87.458.066	6,36%	90.981.093
Receitas Primárias (I)	83.523.003	81.418.702	-2,52%	77.202.000	-5,18%	82.282.182	6,58%	85.717.155
Despesa Total	87.405.037	85.269.441	-2,44%	82.229.000	-3,57%	87.456.066	6,36%	90.981.093
Despesas Primárias (II)	84.861.450	84.235.034	-0,73%	80.989.000	-3,85%	86.111.377	6,32%	89.519.958
Resultado Primário (I - II)	(1.338.447)	(2.816.332)	(110,42%)	(3.787.000)	(34,47%)	(3.829.196)	1,11%	(3.802.261)
Resultado Nominal	(5.409.109)	771.616	-114,27%	(750.578)	-197,25%	248.154	-133,08%	463.707
Dívida Pública Consolidada	18.052.508	15.524.287	-14,01%	23.204.444	49,47%	10.682.798	-53,98%	9.630.574
Dívida Consolidada Líquida	8.588.439	13.270.589	54,52%	15.342.660	15,61%	-	-100,00%	0

Fonse: Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Tributação

Este demonstrativo tem o objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2018), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2017, 2016 e 2015) bem como para os dois seguintes (2019 e 2020), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo desta forma a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2015 e 2016 foram extraídos das respectivas Leis de Orçamento. Os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, de 2015 e 2016 foram extraídos dos respectivos anexos de metas fiscais. Já em relação às previsões para os exercícios de 2018, 2019 e 2020 os valores, a metodologia e as premissas utilizadas são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo de Metas Anuais, referido no art. 2º, inciso I do Projeto de Lei de LDO, evidenciando, assim, a sua consistência.

[Handwritten signatures]

R\$ 1,00



Município de : CONCEIÇÃO DA BARRA (ES)
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio/Capital	33.147.781,73	17,59%	33.147.781,73	17,73%	33.147.781,73	19,38%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	155.306.665,65	82,41%	153.808.552,04	82,27%	137.934.353,39	80,62%
TOTAL	188.454.447,38	100,00%	186.956.333,77	100,00%	171.082.135,12	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio/Capital	70.762.376,00	1316,62%	70.762.376,00	-148,18%	70.762.376,00	-116,29%
Reservas	198.102,96	3,69%	198.102,96	-0,41%	198.102,76	-0,33%
Resultado Acumulado	(65.585.935,72)	-1220,31%	(118.716.173,71)	248,59%	(131.808.300,02)	216,62%
TOTAL	5.374.543,24	100,00%	(47.755.694,75)	100,00%	(60.847.821,26)	100,00%

CONSOLIDAÇÃO GERAL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio/Capital	103.910.157,73	53,61%	103.910.157,73	74,65%	103.910.157,73	94,26%
Reservas	198.102,96	0,10%	198.102,96	0,14%	198.102,76	0,18%
Resultado Acumulado	89.720.729,93	46,29%	35.092.378,33	25,21%	6.126.053,37	5,56%
TOTAL	193.828.990,62	100,00%	139.200.639,02	100,00%	110.234.313,86	100,00%

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Tributação

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2014, 2015 e 2016), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Nesse sentido, é preciso enfatizar que o Município segue as normas da Lei 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Ativo Real Líquido", quando o resultado é superavitário e "Passivo Real a Descoberto", quando o resultado apresenta-se deficitário.

O Sistema de Previdência, por força da Lei Complementar Municipal nº 10 de 20 de março de 2006, está sobre a gestão do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Conceição da Barra - PREVICOB, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

The image shows two handwritten signatures in black ink. One signature is on the left, appearing to be 'R.', and the other is on the right, appearing to be 'E. P. B.'. Both signatures are cursive and written over a horizontal line.



Município de : CONCEIÇÃO DA BARRA (ES)

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I - METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
EXERCÍCIO DE 2018

AMI - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2017	2016	2015
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2008	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienaç de Bens	-	-	-
TOTAL	-	-	-

DESPESAS EXECUTADAS	2017	2016	2015
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
TOTAL	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	-	-	-

FONTE: Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Tributação

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2015, 2016 e 2017).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

R *J* *Elopm.*

C

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS

Exercício de 2018



ANEI - Tabela 6 (IRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2014	2015	2016
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	2.305.608,50	4.200.418,75	4.633.480,83
RECEITAS CORRENTES	2.305.608,50	4.200.418,75	4.633.480,83
Receita de Contribuições	1.382.600,26	1.327.130,12	1.530.632,95
Pessoal Civil	1.382.600,26	1.327.130,12	1.530.632,95
Pessoal Militar	-	-	-
Receita Patrimonial	923.008,24	2.873.288,63	3.102.847,88
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	1.781.492,64	1.720.855,87	2.023.295,38
RECEITAS CORRENTES	1.781.492,64	1.720.855,87	2.023.295,38
Receita de Contribuições	1.778.275,66	1.720.855,87	2.023.276,38
Pessoal Civil	1.778.275,66	1.720.855,87	2.023.276,38
Pessoal Militar	-	-	-
Contribuição Previdenciária para Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-
Contribuição Previdenciária em Regime de Débitos e Parcelamentos	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Outras Receitas Correntes	3.216,98	-	19,00
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
REPASSES PREVID. P/ COBERTURA DÉFICIT ATUARIAL - RPPS	804.270,94	648.677,51	615.258,94
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT FINANCEIRO	-	-	-
OUTROS APORTE AÓ RPPS	1.418.323,02	1.706.224,79	1.656.032,84
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	6.309.695,10	8.276.176,92	8.928.067,99
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2014	2015	2016
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	4.031.164,50	4.469.432,59	5.036.486,97
ADMINISTRAÇÃO	299.005,23	294.088,76	308.126,48
Despesas Correntes	294.355,23	286.925,23	286.816,48
Despesas de Capital	4.650,00	7.163,53	21.310,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.732.159,27	4.175.343,83	4.728.360,49
Pessoal Civil	3.732.159,27	4.175.343,83	4.728.360,49
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	4.031.164,50	4.469.432,59	5.036.486,97
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (III) - (I - II)	2.278.530,60	3.806.744,33	3.891.581,02
SALDO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E INVESTIMENTOS DO RPPS	22.301.987,31	25.729.348,89	29.382.253,31



Município de : CONCEIÇÃO DA BARRA (ES)
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS
Exercício de 2018

AMF - Tabela 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)
				(d)
2016	4.029.146,80	5.667.787,70	(1.638.640,90)	30.860.158,78
2017	4.133.277,94	6.111.746,92	(1.978.468,98)	30.733.299,33
2018	4.232.758,49	6.506.978,79	(2.274.220,30)	30.303.076,99
2019	4.327.193,94	6.789.034,16	(2.461.840,22)	29.659.421,59
2020	4.457.802,95	7.472.992,12	(3.015.189,17)	28.423.797,51

FONTE: PREVICOB

Bj
J



Município de : CONCEIÇÃO DA BARRA (ES)
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFÍCIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2018	2019	2020	
IPTU	DESCONTO	DIVERSOS	93.712,15	97.929,20	102.336,01	
IPTU	ISENÇÃO	DIVERSOS	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	
TOTAL			93.712,15	97.929,20	102.336,01	-

FONTE: Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Tributação

Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2015 foram previstos de acordo com informações do setor tributário da Prefeitura Municipal, em função de legislação específica.

2 - Os valores da renúncia projetados para 2016 e 2017, foram calculados a partir dos valores de 2015, aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2015: 4,50%

Inflação para 2016: 4,50%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Conforme os arts. 41 a 44 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2017, a estimativa de renúncia de receita está inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais. Dessa forma, fica observado o atendimento do disposto no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais.

Assim, não se faz necessária a demonstração de outras medidas de compensação.



Município de : CONCEIÇÃO DA BARRA (ES)
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS

**DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER
CONTINUADO
EXERCÍCIO DE 2018**

AMF - Demonstrativo IX (LRF, art. 4º, § 2º, Inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2018
Aumento Permanente da Receita	2.161.191,43
Decorrente de Receitas Tributárias	191.574,23
Decorrente de Transferências Correntes	1.969.617,19
(+) Transferências ao FUNDEB	(173.052,00)
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	1.988.139,43
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I - II)	1.988.139,43
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Impacto de Novas DOCC	1.563.788,22
Relativas à Pessoal e Encargos Sociais	1.260.241,51
Relativas a Outras Despesas Correntes	303.546,71
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	424.351,21

FONTE: Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Tributação

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento. Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Nesse sentido, o aumento permanente de receita é definido como aquele proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo ou majoração ou criação de tributo ou contribuição (§ 3º do art 17 da LRF).

Assim, a presente estimativa considerou como ampliação da base de cálculo o crescimento real da atividade econômica, dado que se refere à elevação da grandeza econômica ou numérica sobre a qual se aplica uma alíquota para se obter o montante a ser arrecadado, assim como os possíveis efeitos dos esforços do Município na implementação de medidas para o incremento das receitas próprias.

Desse modo, para estimar o aumento de receita, considerou-se o provável incremento resultante da variação real do Produto Interno Bruto – PIB, estimado em 2,20% para o período em pauta, o esforço na arrecadação tributária e o crescimento real das receitas transferidas nos índices evidenciados na Tabela 01.

Como aumento das despesas permanentes de caráter obrigatório que terão impacto em 2018, foi considerado a correção real dos vencimentos dos servidores públicos municipais, e os efeitos do crescimento vegetativo da folha salarial, bem como o resultado do incremento nas demais despesas de custeio decorrentes do aumento da atividade governamental.

Caso necessário, a Margem Líquida de Expansão acima demonstrada, será utilizada, pelo Poder Executivo, como forma de compensação do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado em 2018.



Município de: CONCEIÇÃO DA BARRA (ES)
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO II - RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
EXERCÍCIO DE 2018

ARF (LRF, art 2º, § 3º)

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
O MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DA BARRA, PARA O EXERCÍCIO DE 2018, NÃO APRESENTA RISCOS FISCAIS			
TOTAL		TOTAL	

FONTE: Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Tributação

O Anexo de Riscos fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.

(Handwritten signatures and initials)



MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DA BARRA - ES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2018

RECEITAS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	2014	2015	2016	2017
		Arrecadado	Arrecadado	Arrecadado	Reestimado
1.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	85.522.014,25	86.712.635,38	90.354.166,31	90.095.000,00
1.1.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	7.385.990,45	7.245.167,83	7.162.714,99	6.609.000,00
1.2.0.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.288.192,88	3.339.507,62	3.205.033,25	3.432.000,00
1.3.0.00.00.00.00	Récaitas de Contribuições - PM	889.152,55	1.226.561,92	1.482.294,90	1.713.000,00
1.3.2.0.00.00.00.00	Récaitas de Contribuições - RPPS	1.400.040,43	2.112.943,70	1.722.738,35	1.719.000,00
1.3.3.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	5.344.881,19	6.185.593,01	7.014.636,97	5.278.000,00
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações Financeiras	5.256.653,57	6.116.411,47	6.000.733,28	5.126.000,00
1.3.7.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - PM	1.991.951,15	2.627.081,13	2.026.867,80	1.422.000,00
1.3.7.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - RPPS	3.260.702,42	3.489.330,34	4.853.865,88	3.754.000,00
1.3.9.0.00.00.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	86.167,63	89.181,54	133.903,89	102.000,00
1.4.0.0.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.0.0.00.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	43.540,00	31.079,80	36.927,64	34.000,00
1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	67.676.912,16	69.202.516,63	70.170.422,87	71.760.000,00
1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.181.557,47	1.628.770,49	2.314.450,59	2.982.000,00
1.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes - PM	2.181.557,47	1.628.770,49	2.314.450,59	2.982.000,00
1.9.9.0.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes - RPPS	0,00	19,00	0,00	0,00
2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	6.095.293,85	0,00	50.627,76	400.000,00
2.1.0.0.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	100.000,00
2.2.0.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRESTIMOS	0,00	0,00	50.627,76	300.000,00
2.4.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	11.095.293,85	0,00	50.627,76	300.000,00
2.5.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
2.7.1.0.00.00.00.00	Receitas Intra Orçamentárias - RPPS	4.002.847,86	2.627.396,89	2.546.319,68	2.551.000,00
2.9.0.0.00.00.00.00	(- 1) REDUÇÕES DA RECEITA	-7.197.631,90	-7.403.183,08	-7.511.251,73	-7.866.900,00
TOTAL DA RECEITA		28.422.524,06	81.936.849,19	85.438.882,00	85.296.000,00

DESPESAS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	2014	2015	2016	2017
		Liquidado	Liquidado	Liquidado	Reestimado
3.0.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	65.116.047,08	64.411.082,75	69.171.888,79	73.890.000,00
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	44.727.443,87	43.883.902,64	46.179.140,50	48.400.000,00
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal Próprio	40.707.883,00	39.155.542,15	40.634.911,38	41.300.000,00
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal do RPPS	4.019.560,97	4.778.360,49	5.544.227,12	6.900.000,00
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	-
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	-
3.2.00.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida RPPS	0,00	0,00	0,00	-
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.388.603,21	20.537.180,11	22.992.726,29	25.400.000,00
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	19.928.257,45	20.248.363,63	22.343.407,17	24.900.000,00
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Corrente RPPS	460.345,76	256.116,48	649.321,12	500.000,00
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	7.635.520,76	11.740.181,82	10.173.934,87	8.690.000,00
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	5.605.905,31	9.431.166,65	9.175.857,42	7.450.000,00
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos	5.598.741,78	9.409.856,65	9.175.327,27	7.400.000,00
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos RPPS	7.163,53	21.310,00	535,13	50.000,00
4.5.00.00.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	-
4.5.00.00.00.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	-
4.5.90.00.00.00.00	Outras inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	-
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	7.029.655,43	2.309.015,17	938.977,41	1.240.000,00
9.0.0.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				100.000,00
9.7.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS		2.193.202,95	2.928.840,30	2.706.000,00
TOTAL DA DESPESA		72.751.567,84	79.344.467,53	82.274.643,96	85.296.000,00
PREVISÃO DA LEI DE ORÇAMENTO		2014	2015	2016	2017
Receita Prevista (a deduzido o FUNDEF)		85.891.037,00	87.346.660,00	80.095.540,00	82.229.000,00
Rendimento de Aplicações Financeiras		6.356.653,57	3.679.000,00	4.385.557,14	5.627.000,00
Receita de Operações de Crédito		0,00	0,00	0,00	-
Receita de Alienação de Bens		0,00	0,00	0,00	-
Receita de Amortização de Emprestimos Concedidos		0,00	0,00	0,00	-
Despesa Fixada (da lei de orçamento)		85.891.037,00	95.387.260,00	80.095.540,00	82.229.000,00
Juros e Encargos da Dívida		2.029.615,43	2.309.015,17	1.827.000,00	1.240.000,00
Amortização da Dívida		0,00	0,00	0,00	-
Concessão de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	-

BB

JF

66m

C

Município de : CONCEIÇÃO DA BARRA (E.)
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

TABELA 02 - Demonstrativo da Evolução da Dívida e Resultado Nominal

Exercício	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	Saldo	Saldo	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
(1) Dívida Consolidada	10.280.368,59	11.803.829,33	11.567.154,82	10.499.718,84	9.586.194,94	
(2) Disponibilidades Financeiras (Líquidas)	50.940.558,13	50.131.789,27	50.536.173,70	50.333.981,49	50.435.077,59	50.384.529,54
(3) Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	
(4) Passivos Reconhecidos	9.351.292,65	11.174.753,39	10.254.620,21	9.995.720,84	9.490.164,55	8.676.885,94
(5) Dívida Fiscal Líquida	(9.351.292,65)	(11.174.753,39)	(10.254.620,21)	(9.995.720,84)	(9.490.164,55)	(8.676.885,94)
(6) Resultado Nominal	(5.393.000,90)	(1.823.460,74)	920.133,18	258.899,37	505.556,29	813.278,61

Cronograma Anual de Operações Realizadas e do Serviço da Dívida

Operações de Crédito / Pagamentos	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	Realizado	Realizado	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
2.1 - Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
2.2 Encargos	2.309.015,17	998.077,45	1.240.000,00	1.404.000,00	1.000,00	1.000,00
2.3 Amortizações					1.592.000,00	1.805.000,00

Dívida Pública Consolidada – é o montante total apurado:

- das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes da emissão de títulos, assumidas em virtude de lei, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Dívida Consolidada Líquida – DCL – Correspondente à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos das Retornos a Pagar Processados.

Resultado Nominal – Representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior.





Município de : CONCEIÇÃO DA BARRA (ES)
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS RECEITAS E DESPESAS - I.D.O./ 2018

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGOS	CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	REALIZADO		REESTIMADO		PROJETADO		PROJETADO
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1.0.0.00.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	186.712.635,38	90.354.186,31	90.095.000	96.222.000	104.670.000	113.638.000	123.875.000
1.1.0.00.00.00.00.00.01	RECEITA TRIBUTARIA	7.245.167,83	7.262.714,99	6.609.000	7.095.000	7.892.000	8.756.000	9.759.000
1.2.0.00.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.339.507,62	3.205.033,25	3.432.000	3.593.000	3.898.000	4.177.000	4.475.000
1.2.0.00.00.00.00.00.00	Recebidas de Contribuições - P.M.	1.226.563,92	1.482.294,90	1.713.000	1.776.000	1.956.000	2.096.000	2.245.000
1.2.0.0.00.00.00.00.00.00	Receita de Contribuições - R.P.S.	2.112.943,70	1.722.738,35	1.719.000	1.877.000	1.943.000	2.081.000	2.230.000
1.3.0.00.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	6.185.393,01	7.014.636,97	5.278.000	5.399.000	5.725.000	6.115.000	6.581.000
1.3.2.0.00.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações Financeiras	6.116.411,47	6.880.733,28	5.176.000	5.293.000	5.624.000	5.999.000	6.460.000
1.3.2.0.00.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - P.M.	2.627.081,13	2.026.867,50	1.422.000	1.376.000	1.531.000	1.722.000	1.991.000
1.3.2.0.00.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - RPPS	3.489.330,34	4.853.365,68	3.754.000	3.917.000	4.093.000	4.277.000	4.469.000
1.3.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	68.161,54	133.903,59	102.000	106.000	111.000	116.000	121.000
1.4.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUARIA	-	-	-	-	-	-	-
1.5.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-	-	-	-
1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVICOS	31.079,80	36.927,64	34.000	36.000	39.000	42.000	45.000
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	68.282.516,63	70.520.422,87	71.760.000	76.920.000	83.704.000	90.900.000	99.108.000
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.628.770,49	2.314.450,59	2.982.000	3.179.000	3.401.000	3.648.000	3.907.000
1.9.0.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes - P.M.	1.628.770,49	2.314.450,59	966.000	1.030.000	1.100.000	1.184.000	1.269.000
1.9.0.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes - R.P.S.	19,00	2.016.000	2.149.000	2.301.000	2.454.000	2.618.000	2.638.000
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	-	50.627.76	400.000	423.000	453.000	490.000	525.000
2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-	-	-
2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	100.000	107.000	115.000	123.000	132.000
2.3.0.0.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRESTIMOS	-	-	-	-	-	-	-
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	-	-	50.627.76	300.000	316.000	338.000	367.000
2.5.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-
2.5.1.0.00.00.00.00.00	Recetas Inicia Orçamentárias - RPPS	2.627.396,89	2.546.319,66	2.667.000	2.819.000	3.014.000	3.221.000	3.461.000
2.9.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(7.403.183,08)	(7.511.251,73)	(7.866.000)	(8.219.000)	(8.945.000)	(9.715.000)	(10.591.000)
9.0.0.00.00.00.00.00.00	TOTAL DA RECEITA	81.936.849,19	85.439.882,00	85.296.000	91.245.000	99.192.000	107.542.000	117.269.000



Município de : CONCEIÇÃO DA BARRA (ES)
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS RECEITAS E DESPESAS - L.D.O./ 2018

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGOS	CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	LIQUIDADO 2015	LIQUIDADO 2016	REESTIMADO 2017	PROJETADO 2018	PROJETADO 2019	PROJETADO 2020	PROJETADO 2021
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	64.411.082,75	69.171.868,79	73.500.000	78.627.000	84.767.000	91.112.000	98.256.000
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	43.883.902,64	46.179.140,50	48.400.000	51.810.000	56.216.000	60.392.000	64.902.000
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal / Próprio	39.155.542,15	40.624.913,38	41.500.000	44.424.000	48.203.000	51.786.000	55.655.000
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal do R.P.P.S	4.728.360,49	5.544.227,12	6.900.000	7.386.000	8.013.000	8.606.000	9.247.000
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	1.000	1.000	1.000	1.000
3.2.00.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	1.000	1.000	1.000	1.000
3.2.00.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida RPPS	-	-	-	-	-	-	-
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.527.180,11	22.992.728,29	25.400.000	26.816.000	28.550.000	30.719.000	33.353.000
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	20.240.363,63	22.543.407,17	24.900.000	26.289.000	27.989.000	30.122.000	32.713.000
3.3.00.00.00.00.00.00	Outras Despesas Corrente RPPS	286.816,48	649.321,12	500.000	527.000	561.000	597.000	640.000
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	11.740.181,82	10.173.934,87	8.690.000	9.705.000	11.567.000	13.483.000	15.713.000
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	9.431.166,65	9.175.857,42	7.450.000	8.301.000	9.975.000	11.678.000	13.666.000
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos	9.409.856,65	9.175.322,77	7.400.000	8.245.000	9.908.000	11.600.000	13.575.000
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos RPPS	21.370,00	535,15	50.000	56.000	67.000	78.000	91.000
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.66.00.00.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.99.00.00.00.00	Outras Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	2.309.015,17	998.077,45	1.240.000	1.404.000	1.592.000	1.805.000	2.047.000
5.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	100.000	180.000	277.000	481.000	-
7.7.99.99.99.99.99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	-	-	2.706.000	2.733.000	2.710.000	2.819.000	-
TOTAL DA DESPESA	79.344.467,33	82.274.643,95	85.296.000	91.245.000	99.192.000	107.642.000	117.269.000	-



Município de BARRA (ES)
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS / 2018

TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas

Exercício	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (IPCA)	10,57%	6,39%	3,64%	4,33%	4,50%	4,50%	4,50%
VARIAÇÃO DO PIB	-3,80%	-3,60%	0,40%	2,20%	2,50%	2,50%	2,50%
CRESCEMENTO VÉGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	+16,30%	+5,40%	-0,10%	1,20%	1,40%	1,27%	0,30%
CRESCEMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTOS	+6,19%	9,32%	6,42%	1,20%	1,88%	2,95%	3,92%
ESFORÇO NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA	+16,15%	+2,45%	+13,04%	0,63%	3,45%	3,57%	4,06%
CRESC. REAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS	+5,98%	0,59%	+2,28%	0,53%	1,59%	1,38%	1,75%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL	+4,34%	+3,44%	+1,27%	+1,31%	+2,42%	+2,53%	+2,55%
CRESCEMENTO DOS INVESTIMENTOS	+6,13%	+5,40%	+22,85%	6,80%	15,00%	12,00%	12,00%
Taxa de Juros (Salic Efetiva)	14,15%	8,50%	9,50%	8,50%	8,50%	8,50%	8,50%
PIB / item R\$ 1	380.058.039	454.290.000	492.900.000	532.050.000	579.650.000	587.040.000	599.980.000

Fonte: Série Anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor da Manutenção e Planejamento Financeiro e Tributação

Os parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não, com as fontes de receitas e/ou grupo de natureza de despesa, conforme especificações das tabelas à seguir:

ESPECIFICAÇÃO	INFLAÇÃO	PIB	EFETARREC ITABUF	CRESC. MATERIAL FOLHA	AUMENTO SALARIAL	TX JUROS
Ressaltos / Vulnerável	X	X	X			
Ressaltos de Contabilidade	X	X	X			
Ressaltos de Aplicações Financeiras	X	X	X			
Reservatório de Aplicações Financeiras	X	X	X			
Outras Reservas Administrativas	X	X	X			
Reserva de Contingência	X	X	X			
Reserva de Serviços	X	X	X			
Caixa de Reserva Contingencial	X	X	X			
Caixa de Reserva Contingencial	X	X	X			
Outros Reservas Contingenciais	X	X	X			
Reserva de Risco	X	X	X			
Reserva de Risco	X	X	X			
Concessões e Financiamentos	X	X	X			
Outras Investidas Financeiras	X	X	X			
Aumentação da Dívida Pública	X	X	X			

ESPECIFICAÇÃO	INFLAÇÃO	CRESC. FOLHA	CRESC. CUSTEOS	AUMENTO SALARIAL	CRESC. INVESTIM.	TX DE JUROS
Pessoal / Projeto	X	X	X	X	X	
Pessoal do RPFS	X	X	X	X	X	X
Juros e Encargos da Dívida	X					X
Juros e encargos da União RPFS	X					X
Outras Despesas Correntes RPFS	X			X	X	
Outras Despesas Correntes RPFS	X			X	X	X
Investimentos RPFS	X				X	
Investimentos RPFS	X				X	
Concessão de Empresas e Financiamentos	X					
Outras Investidas Financeiras	X					X
Aumentação da Dívida Pública	X					

OBS: para as estimativas das OPERAÇÕES DE CREDITO, foram utilizadas os valores informados na TABELA 02.
Nas estimativas das despesas da conta FUNDEB, além do parâmetro da inflação, também foi considerada a evolução do percentual de retenção para o FUNDEB para 20%.